

A dívida externa e os investimentos

Débitos do setor público somam cerca de US\$ 111 bilhões e estão sob controle

A dívida externa brasileira, que tantas vezes já forneceu combustível de sobra para acalorados debates políticos e econômicos, vem merecendo pouca ou quase nenhuma atenção dos atuais candidatos à Presidência da República. É até natural que seja assim, considerando-se que seus números estão bem distantes de ser incendiários.

Vejamos: o total, de cerca de US\$ 213 bilhões, é absolutamente compatível com uma das 15 maiores economias do mundo. Mais: os débitos do setor público somam algo em torno de US\$ 111 bilhões e estão sob controle, tendo crescido pouco mais que 6% desde 1995. Já a dívida do setor privado evoluiu de maneira acentuada, passando de US\$ 50 bilhões para aproximadamente US\$ 102 bilhões no mesmo período.

Superior a 100%, o salto pode causar — nos leigos, em especial — a impressão de que os empresários erraram na mão e exageraram na dose, o que não é verdade. Essa enorme massa de recursos trazida do exterior contribuiu de maneira decisiva para modernizar o parque industrial brasileiro e

injetar novos capitais e tecnologias no setor de serviços. Propiciou, dessa maneira, ganhos e avanços inequívocos para o País, que hoje se apresenta muito mais competitivo no cenário internacional.

O fato, entretanto, é que ao longo dos últimos meses a crescente desvalorização do real ante o dólar tornou os passivos em moeda forte algo incômodo para um número razoável de empre-

Já a dívida do
setor privado, de
US\$ 102 bilhões,
evoluiu mais
de 100%
desde 1995

sas — fato agravado pela súbita escassez de linhas de financiamento. Que providências tomar? Algumas matrizes de grupos estrangeiros que atuam no

Brasil resolveram a questão de maneira simples e eficiente: transformaram em investimento empréstimos concedidos a suas subsidiárias locais.

Tais operações, diga-se, não são vantajosas só para as empresas, que ganham uma considerável folga na caixa com a “quitação” dos empréstimos. O próprio País é beneficiado, na medida em que precisa remeter uma menor quantidade de dólares ao exterior. E essa economia, em 2002, será relevante: até julho, as conversões somaram US\$ 5,6 bilhões, 521%

mais do que em igual período de 2001. Parte desses recursos, destaco, diz respeito ao **McDonald's**, que capitalizou empréstimos de US\$ 206 milhões nos últimos 12 meses.

Esses números mostram a absoluta confiança da nossa e de outras tantas empresas no futuro do Brasil. Mas, tenho certeza, eles poderiam se tornar ainda bem mais expressivos. O obstáculo para isso é que, embora a conversão de dívida em investimento não implique qualquer movimentação de recursos (afinal, o dinheiro já estava aqui, certo?), é obrigatório o pagamento de CPMF sobre uma operação meramente contábil.

As autoridades, reconheçamos, já se conscientizaram de que é preciso reformular o sistema tributário nacional, como provam as negociações para acabar com a cumulatividade do PIS/Pasep. Que tal, então, aproveitar este momento tão importante — de discussão dos grandes temas nacionais — para debater regras e procedimentos que nada acrescentam à nossa sociedade, caso da cobrança de CPMF na conversão de dívida externa em investimento? O Brasil torce por isso.

* Vice-presidente financeiro do McDonald's Brasil.